

ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HIDRICOS – CEHIDRO.

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às 09h 24min no Auditório do Parque Massario Okamura, ocorreu a 47ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da 15ª Reunião Extraordinária; Informes; Deliberação sobre a utilização de águas subterrâneas para projetos de Irrigação no Estado de Mato Grosso; Apreciação da Minuta de Resolução nº 60, que estabelece o calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Pleno para o ano de 2014; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Sr. Nédio Carlos Pinheiro, Secretário Executivo do CEHIDRO, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sra. Telma Luzia Monteiro, representantes da SES; Sr. Décio Elói Siebert, representante dos COMITÊS DE BACIA; Sr. Bathilde Jorge Morais Abdala, representante da OAB; Sra. Alessandra Panizi, representante da FIEMT; Sr. Joilson da Silva Fonseca, representante da VITÓRIA RÉGIA; Sra. Shirley Moreira, representante da CIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES; Sr. Bruno Mees Ferreira, representante da AÇÃO VERDE. O Secretário Executivo iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e colocando em apreciação a Ata da 15ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos questionando se algum conselheiro teria alguma alteração a fazer, ninguém se manifestando o Secretário Executivo colocou em votação a Ata da 15ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada por unanimidade. O Secretário Executivo passou então aos informes, colocando que a partir do dia 11 de novembro ocorrerá uma alteração no horário de funcionamento da SEMA, que voltará a trabalhar das 08h as 12h, para atendimento interno, e das 14h as 18h para atendimento ao público. A conselheira Alessandra Panizi questionou como funcionará o Protocolo, ponderando que três horas para realizar o protocolo de processos é muito pouco tempo, sendo respondida pelo Secretario Executivo que ainda não possuímos informações, porém devemos saber no decorrer da próxima semana. Dando continuidade, o Secretario Executivo colocou aos conselheiros que na última reunião do Pacto em Defesa das Cabeceiras do Pantanal se definiu que o poder público terá quatro vagas, sendo uma da SEMA e outras três entidades que ainda não foram definidas (tem que complementar). Em seguida, colocou aos conselheiros que ocorreu entre 14 e 18 de novembro em Posto Alegre – RS, o XV ENCOB, onde o Estado de Mato Grosso enviou o

34 Sr. Lauro, da regional de Tangará da Serra e o Secretario Executivo para representa-lo
35 neste evento, que teve a presença do conselheiro Décio Siebert, que apresentou o Pacto
36 em Defesa das Cabeceiras do Pantanal como um resultado obtido no XIV ENCOB que
37 ocorreu em 2012 em Cuiabá. Informou aos conselheiros que concomitantemente ao
38 ENCOB ocorreram reuniões paralelas, inclusive a reunião do Fórum Nacional dos Órgãos
39 Gestores da Água, onde foram tratados como tema político a Sala de Situação, onde os
40 estados apresentaram como esta sendo o funcionamento das suas salas, e como tema
41 técnico a segurança de barramentos. Destacou que ambos temas estão entre as metas
42 federativas do PROGESTÃO, que devemos cumprir para obter a próxima parcela do
43 financiamento. Informou aos conselheiros que a SURH e a SUIMIS se reuniram e
44 solicitaram um prazo de 60 dias para apresentarem uma proposta de alteração da Minuta
45 de Resolução tratando de barramentos já consolidada, e assim agilizar a discussão coma
46 a Câmara Técnica de Integração CEHIDRO-CONSEMA, ao que o conselheiro Joilson
47 Fonseca questionou se eles pretendem aproveitar a minuta apresentada ou irão fazer
48 uma proposta totalmente nova, ao que a Secretaria do CEHIDRO respondeu que eles
49 irão alterar a proposta apresentada para atender as suas necessidades. A conselheira
50 Alessandra Panizi ponderou que devemos tomar o cuidado para não surgir um decreto
51 tratando do tema sem nenhuma discussão relevante, como ocorreu no caso do Decreto
52 da Superintendência de Processos Administrativos e Autos de infração este ano. O
53 Secretario Executivo colocou aos conselheiros que foi encaminhado um projeto de lei
54 aprovado pela Assembleia Legislativa tratando da isenção da taxa de outorga para
55 pisciculturas abaixo de cinco hectares, para um posicionamento antes da sanção do
56 governador, ao que a SURH se posicionou contrario devido ao texto estar confuso e dar
57 margem a dupla interpretação, podendo se inferir que se isenta estes empreendimentos
58 da própria outorga, ao invés de somente o valor da taxa referida, o qual porem foi
59 sancionado com o texto aprovado. A conselheira Alessandra Panizi sugeriu que na
60 próxima reunião se faça uma moção encaminhada ao Governador para apoiar o
61 Secretario José Lacerda na mudança do texto da lei, o que foi aprovado pelos presentes.
62 O Secretario Executivo informou aos conselheiros que a a Sala de Situação já está
63 operando, lembrando-os que a mesma foi toda equipada pela ANA e a contrapartida do
64 Estado é colocar os técnicos para operá-la e fazer a manutenção dos equipamentos,
65 destacando que ontem se iniciou um ensaio da emissão dos boletins diários e colocou
66 que no início do mês de novembro a ANA, em parceria com a CPRM e a SEMA, instalou
67 quatro novas plataformas de coletas de dados nos municípios de Cuiabá, Santo Antônio

68 do Leverger, Barão de Melgaço e Cáceres, visando melhorar as informações para
69 subsidiar a Sala de Situação. Em seguida colocou aos presentes que durante o ano a
70 SEMA tem recebido várias solicitações para a utilização de águas subterrâneas para
71 diversos fins e nos últimos tempos tem se intensificado as solicitações para a utilização
72 na irrigação, que utiliza volumes expressivos e verificou-se a necessidade de se discutir
73 este tema no Conselho. Colocou que o Sr. José Roberto Ribeiro, que é geólogo, fará uma
74 apresentação sobre a água subterrânea, sua importância e seu uso na irrigação para
75 embasar a discussão. O Sr. José Roberto iniciou a sua apresentação colocando que a
76 irrigação é uma forma de utilizar o uso das áreas já abertas, o que tem se tornado
77 importante com a restrição do desmatamento, e a água subterrânea é importante neste
78 processo uma vez que a água superficial esta cada vez mais comprometida e a água
79 subterrânea se apresenta como uma vantagem competitiva que o Estado possui e deve
80 ser usada. Colocou em seguida a importância da água subterrânea destacando os
81 fatores de competitividade desta e as suas funções. Colocou que o Estado não possui um
82 mapa hidrogeológico em escala adequada, ponderando que existem estudos que
83 delimitam aproximadamente as províncias hidrológicas dentro do Estado. Apresentou de
84 forma mais detalhada o aquífero do Parecis e do Paraná, devido à sua grande produção.
85 O conselheiro Décio Siebert colocou que um estudo da ANA demonstra a preocupação
86 com a contaminação do aquífero do Parecis devido ao grande uso na região de
87 agrotóxicos,. O Sr. José Roberto colocou que esta se usando o aquífero livre nesta
88 província, não se atingindo o confinado o que impede a contaminação, ao que o
89 Secretario Executivo destacou que por ser um aquífero poroso existe a possibilidade de
90 contaminação da parte confinada do mesmo. A sra. Talita Menezes, Analista de Meio
91 Ambiente da SEMA, colocou que em sua tese de mestrado trabalhou com o aquífero
92 Parecis e que realmente acreditava-se que o mesmo é livre, porem identificou em 80% do
93 mesmo características de confinamento. A conselheira Telma Monteiro sugeriu que a Sra.
94 Talita Menezes apresentasse seu trabalho para o Conselho, o que foi aprovado. Dando
95 continuidade à sua apresentação, o Sr. José Roberto apresentou as ações necessárias
96 para se preservar o aquífero dos Parecis, destacando que o Estado tem uma situação
97 muito confortável em disponibilidade hídrica e tem vocação para o uso na irrigação.
98 Ponderou que a SEMA possui os dados para regulamentar esta utilização, porém
99 poucos técnicos para trabalhar na área. O conselheiro Décio Siebert ponderou que isto
100 vem de encontro à falta de prioridade dada aos recursos hídricos, colocando que é
101 necessário colocarmos em evidencia. O Secretario Executivo colocou que existe uma

promessa extraoficial da ANA de realização de estudos em um aquífero de interesse e a SEMA indicou o Parecis. O Secretario Executivo deixou claro aos presentes que onde existir a viabilidade de utilizar a agua superficial não será autorizado o uso da água subterrânea. O Sr. José Roberto colocou que existe a questão da viabilidade econômica, temos a demanda e a disponibilidade, não devemos mais proibir mas se permitirmos deve se ter alguns cuidados e controles. Continuou sua apresentação colocando as vantagens da irrigação e do uso da água subterrânea para a irrigação, destacando cuidados a serem tomados na análise do projeto. O conselheiro Décio Siebert questionou se a contaminação pode ser causada por problemas de construção do poço ou é pela percolação dos contaminantes, ao que o Sr. José Roberto respondeu que em 90% dos casos o problema é construtivo, destacando que o poço deve ter proteção sanitária para diminuir o risco de contaminação. O Secretario Executivo colocou que os poços a que o conselheiro Décio Siebert se refere deve ser os poços rasos, de 10 metros, que não deveriam existir por estarem na altura da fossa. O conselheiro Décio Siebert colocou que o pacto em defesa das Cabeceiras do Pantanal terá as biofossas como um dos principais projetos até mesmo para evitar esta contaminação, com financiamento por um banco privado. O Sr. José Roberto encerrou a sua apresentação agradecendo o espaço e se colocando a disposição para eventuais dúvidas. O Secretario Executivo questionou ao Sr. José Roberto como esta sendo planejado a utilização na região, ao que o Sr. José Roberto respondeu que na maior parte dos projetos não se tem como retirar a água do poço diretamente para o pivô, sendo necessário bombeá-la para um reservatório e posteriormente para o pivô, de forma a reduzir a potência máxima da bomba. O conselheiro Décio Siebert questionou se é possível abastecer os pivôs desta maneira, ao que o Sr. José Roberto respondeu que é viável porque se faz a reservação da água. A conselheira Alessandra Panizi questionou qual o tamanho do reservatório necessário, ao que o Sr. José Roberto respondeu que depende do número dos pivôs, mas os reservatórios são feitos cavando-se um buraco no terreno e impermeabilizando-o para evitar a percolação. O Secretário Executivo colocou aos conselheiros que foi colocado o lado comercial da questão, porem a função do CEHIDRO é focar na gestão dos recursos hídricos, e a intenção é deliberarmos sobre o uso da água subterrânea para irrigação, uma vez que a demanda de volume é muito grande. A conselheira Alessandra Panizi questionou quais serão as condições de uso, porque se existe a água deve ser utilizada, porém devemos fazer uma análise diferenciada para cuidar deste recurso. O Sr. Marcos, gerente de pesquisa da Dalgroscience, colocou que se deve levar em consideração o

136 tamanho da irrigação, destacando que no caso da pesquisa é importante a irrigação para
137 poder ter várias gerações de cultivares, colocando que a Dalgroscience tem cinquenta
138 hectares passíveis de irrigação e atualmente utilizam a água da chuva para abastecer o
139 reservatório, sendo fundamental se ter a preocupação com a diferenciação do tamanho
140 do projeto. O conselheiro Décio Siebert colocou que a discussão deve ser com foco na
141 viabilidade, caso a mesma ocorra devemos permitir pois a irrigação é fundamental para o
142 aumento de produção no Estado. O conselheiro Joilson Fonseca colocou que se o
143 recurso esta disponível é necessário se ter um direcionamento para o uso correto,
144 ponderando que a questão é somente um desafio técnico para definir a melhor forma
145 para o uso. O conselheiro Bathilde Abdala colocou que vê com preocupação, concorda
146 que deve-se usar o recurso, porém a SEMA não tem condições de fiscalizar corretamente
147 este uso, destacando que concorda que o incentivo deve ser dado e tudo que puder ser
148 feito para buscar a melhoria da qualidade de vida do ser humano, mas devemos ter o
149 cuidado de buscar formas corretas de proteger o recurso. A Sra. Talita Menezes colocou
150 que uma das intenções é se ter um monitoramento do rebaixamento do aquífero, até
151 como forma de se evitar afetar a disponibilidade de água superficial. A conselheira
152 Alessandra Panizi sugeriu que o CEHIDRO fosse informado de todas as outorgas para
153 termos cuidado e acompanhar as mudanças necessárias. O conselheiro Joilson Fonseca
154 colocou que a intenção da Câmara Técnica é que inicialmente os técnicos da SEMA
155 acompanhem as perfurações e, posteriormente, diminuir esta necessidade,
156 acompanhando somente casos em que se verifique ser necessário, baseando esta
157 decisão na ART e nos dados fornecidos no projeto. O conselheiro Bathilde Abdala
158 colocou que devemos considerar que os dados podem estar errados, infelizmente temos
159 profissionais que apresentam projetos incorretos e acreditar nestes dados pode levar a
160 danos. O conselheiro Décio Siebert ponderou que o CEHIDRO deve trabalhar com o
161 CREA para responsabilizar os responsáveis técnicos pelos projetos, como é feito no
162 Paraná. A conselheira Telma Monteiro colocou que se preocupa que as análises de água
163 não sejam feitas por laboratórios de confiança, a SEMA e a SES tem que ter seus
164 laboratórios acreditados para podermos fazer monitoramento dos laboratórios através das
165 contraprovas. O Sr. José Roberto colocou que a SEMA avançou muito no licenciamento e
166 na outorga para água subterrânea, pedindo diversas informações de forma que a SEMA
167 possui todas os dados para analisar, destacando que os poços para irrigação passam por
168 este crivo, e complementando que os aquíferos tem a possibilidade de gerar este volume
169 e a SEMA poderá analisar a viabilidade da produção daquele poço e autorizar ou não a

170 captação. O Secretario Executivo sugeriu que fosse agendada uma reunião
171 extraordinária para discutir a Minuta de Resolução a ser apresentada pela SEMA, o que
172 foi aprovado por todos, ficando agendada para o dia 05 de dezembro de 2013 as 09h, em
173 local a confirmar. Dando continuidade à pauta, passou à apreciação da Minuta de
174 Resolução nº 60, que estabelece o calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Pleno
175 para o ano de 2014. A Secretaria do CEHIDRO colocou que seguiu-se o padrão de datas
176 estabelecido para o ano de 2013, sendo as reuniões às segundas quintas feiras dos
177 meses impares do ano, com exceção para a primeira reunião que ocorrerá em fevereiro,
178 pois janeiro é um mês de férias. O Secretário Executivo colocou em votação a Minuta de
179 Resolução nº 60, que estabelece o calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Pleno
180 para o ano de 2014, a qual foi aprovada por unanimidade. O conselheiro Décio Siebert
181 colocou aos conselheiros que o CBH Sepotuba foi convidado à participar do Encontro
182 Ibero-Americano pelo Desenvolvimento Sustentável e do Projeto Cultivando Água Boa,
183 como forma de divulgar o pacto em Defesa das Cabeceiras do Pantanal. A Conselheira
184 Alessandra Panizi questionou se a SEMA esta acompanhando a elaboração do Plano de
185 Bacia do Alto Paraguai, que esta sendo feito no Ministério do Meio Ambiente e no qual o
186 CEHIDRO tem assento, ao que o Secretario Executivo respondeu que não tem
187 conhecimento mas irá se informar. A conselheira Alessandra Panizi colocou ainda que
188 participou de um evento de Sustentabilidade da CNI que foi muito interessante porque
189 todos os participantes destacaram que a Indústria precisa se preocupar com os recursos
190 hídricos e que estes recursos estão influenciando as indústrias mundialmente. Nada mais
191 a ser dito, o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião
192 às 11h 29min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada
193 pela Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
194 – CEHIDRO.

195
196
197
198 JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO
199 Presidente do CEHIDRO

200
201
202
203
NÉDIO CARLOS PINHEIRO
Secretário Executivo do CEHIDRO

201 * *Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 21/03/2014.*

202 ** *Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*